



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2676 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 06 - Educação Popular

Gênero e Sexualidade: análise documental de materiais produzidos pela UNESCO
Úrsula Viana Mansur - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
Ana Cláudia Ferreira Godinho - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Esse trabalho apresenta uma análise documental, na perspectiva de gênero e sexualidade, de dois materiais produzidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): o caderno *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, da coleção Educação para todos e do *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Compreendendo as discussões sobre gênero e sexualidade enquanto necessárias para a construção e manutenção da democracia, de relações igualitárias e de liberdade, percebemos que a participação de organismos internacionais impulsionam a elaboração de políticas que dialoguem com as diversidades. Assim, buscamos compreender quais são as proposições da UNESCO para a abordagem da temática de gênero e sexualidade na educação básica.

Gênero e Sexualidade: análise documental de materiais produzidos pela UNESCO

Úrsula Viana Mansur

Ana Cláudia Godinho

Resumo

Esse trabalho apresenta uma análise documental, na perspectiva de gênero e sexualidade, de dois materiais produzidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): o caderno *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* e o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)*. Compreendendo as discussões sobre gênero e sexualidade enquanto necessárias para a construção e manutenção da democracia, de relações igualitárias e de liberdade, percebemos que a participação de organismos internacionais impulsionam a elaboração de políticas que dialoguem com as diversidades. Assim, buscamos compreender quais são as proposições da UNESCO para a abordagem da temática de gênero e sexualidade na educação básica.

Introdução

Os debates sobre gênero e sexualidade ganharam força na última década. Trabalhos acadêmicos vêm pautando a relevância da abordagem da temática em espaços formativos, discutindo a relevância desta temática na escola, que se apresenta enquanto principal instituição formativa na nossa sociedade. Sendo um espaço que debate (ou pode debater) diversos assuntos de cunho social, a escola pode contribuir com o rompimento ou manutenção de práticas discriminatórias. Percebemos a escola enquanto espaço político que se pauta na democracia e nos direitos humanos, buscando formar cidadãos e cidadãs com capacidade de pensamento crítico e reflexivo sobre si e, assim, sobre a

sociedade em que vivem. (FREIRE, 1981).

A criação e efetivação de políticas públicas que dizem sobre gênero e sexualidade e, assim, garantem os direitos de mulheres e LGBTT's vem sendo questionadas e, muitas vezes, vetadas no Brasil, dado seu contexto sociopolítico. Há um crescente ataque conservador às pautas de gênero e sexualidade, que vem ganhando força e visibilidade desde o veto ao caderno Escola sem Homofobia, que seria distribuído como material didático-pedagógico em escolas públicas.

Este trabalho propõe uma análise documental de dois materiais produzidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): o caderno *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, da coleção Educação para todos e o *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)*. A análise documental é um método de coleta de dados que permite compreender o contexto social, seus indivíduos, grupos e conhecimentos em textos de credibilidade, que são representativos em sua temática (CELLARD, 2012). O objetivo deste estudo é compreender as contribuições dos documentos analisados para o processo de escolarização, no que se refere à abordagem de gênero e sexualidade.

Os materiais produzidos pela UNESCO se tornam documentos relevantes e de credibilidade, uma vez que este organismo tem como objetivo auxiliar seus países membros na criação de políticas públicas que dialoguem com as temáticas acordadas em suas conferências. Nesse sentido, produzir materiais que dialoguem com as relações gênero e sexualidade impulsiona políticas públicas e reafirma sua relevância política e social.

No cenário neoliberal, que fomenta a entrega dos estados à alianças que defendem a unificação de decisões e que, assim, buscam “preservar a lei e a ordem” (BAUMAN, 1999, p. 12), compreende-se o aspecto econômico e, portanto, da criação de políticas públicas, como algo que ultrapassa as decisões do estado, centralizando a política através do capital. Organismos como a UNESCO vêm atuando como centralizadores das pautas dos direitos humanos e da educação.

Compreendemos as relações de gênero e sexualidade como construções das estruturas machistas e patriarcais, que oprimem, respectivamente, mulheres e pessoas não heterossexuais. (LOURO, 1997).

Discutir gênero e sexualidade, desde o início da formação básica, dialoga com uma proposta educativa de emancipação, uma vez que perceber as estruturas opressoras é necessário para que possamos rompê-las. FREIRE (2002), diz que a educação “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (p. 30).

Estabelecendo uma relação entre os Estudos Feministas e a Educação Popular e, portanto compreendendo a discussão das diversidades enquanto necessárias para a formação autônoma e emancipatória dos sujeitos, este trabalho apresenta a análise dos cadernos citados.

Análise de dados

O caderno *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia* é o 32º volume da coleção Educação para Todos, lançada pela UNESCO em 2004, a partir de solicitação da SECAD. A coleção apresenta temas que fomentam a formação de gestoras/es escolares e educadoras/es no âmbito de uma educação socialmente inclusiva e de uma escola democrática. O volume analisado apresenta a temática da sexualidade a partir da compreensão de que a escola vem sendo convidada a contribuir, de maneira mais efetiva, no enfrentamento a práticas discriminatórias que impedem sujeitos de conviver social e politicamente.

O *PNEDH* apresenta ações aprofundadas a partir de questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado pelo governo brasileiro e a UNESCO. Em uma parceria entre a Secretarias de Direitos Humanos e de Educação do Governo Federal, o *PNEDH* teve sua elaboração iniciada em 2003, quando foi criada a Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos (Portaria nº 98/2003 da SEDH/PR). A versão analisada neste trabalho foi finalizada em 2006 por uma equipe de pesquisadoras/es do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ).

A ruptura com as lógicas e relações preconceituosas perpassa os materiais. Ambos afirmam a necessidade de uma construção escolar pautada nos direitos humanos e no reconhecimento da escola enquanto espaço de relevância social na formação humana.

Essas questões estão presentes, também, nas ações programáticas do *PNEDH* que prevêm a promoção da educação em direitos humanos na educação básica e nas licenciaturas; o apoio a projetos educativos e culturais de enfrentamento a todas as práticas discriminatórias; o reconhecimento da educação em direitos humanos como tema relevante na vida de alunas/os e professoras/es; e o fomento à inclusão de gênero e sexualidade nos currículos e práticas pedagógicas escolares.

As/os autoras/es responsáveis pela produção do caderno apresentam diversas problemáticas referentes às relações de sexualidade no espaço escolar. Destacam a homofobia estrutural na escola, presente nos comportamentos de funcionárias/os, professoras/es e alunas/os; no currículo e até na estrutura física da escola. Junqueira (2009) percebe que a educação ocupa um papel central na superação do preconceito ao dizer que na escola podem ser construídos novos padrões de aprendizado e convivência, principalmente se forem subvertidos valores associados a discriminações e violências de ordem racista, sexista e homofóbica.

O processo formativo escolar é, assim, constituído de saberes que ultrapassam o currículo formal. A cultura machista/sexista/homofóbica está enraizada em nossas formações e a problematização e desconstrução dessas relações, no âmbito educacional e político, é, também, papel de educadoras/es. Ao tornar as discussões de gênero e sexualidade pautas nas práticas pedagógicas a escola se transforma em uma instituição reflexiva que pode contribuir para a diminuição das violências contra mulheres e LGBTTT's (MEYER, 2009). O PNEDH entende que a democracia é "entendida como regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, é fundamental para o reconhecimento, a ampliação e a concretização dos direitos" (p.24). Nessa perspectiva, JUNQUEIRA (2009) aponta que estudos mais aprofundados têm como objetivo a articulação de políticas públicas com a construção de pedagogias que colaborem com a construção de uma sociedade mais livre e comprometida com o avanço da democracia e da consolidação dos direitos humanos.

Mesmo se construindo dentro de uma perspectiva democrática, as diversidades de gênero e de sexualidade vem sofrendo grandes ataques, por parte de grupos políticos conservadores, majoritariamente, ligados a grupos religiosos. A elaboração de políticas públicas que garantam os direitos das diversidades vem sendo barradas com justificativas religiosas que não correspondem à compreensão de uma construção democrática.

O PNEDH apresenta como um de seus norteadores a necessidade de estruturar-se na diversidade cultural para garantir a cidadania, o acesso ao ensino, a permanência e conclusão, a equidade e a qualidade da educação. Entender que aspectos religiosos não devem pautar a criação e efetivação de políticas públicas não se traduz enquanto intolerância religiosa. Como dito no documento, a equidade também é construída no âmbito da religiosidade. É importante ressaltar que a construção de práticas pautadas nos direitos humanos e na democracia prevê a execução do estado laico de direito nas escolas e nas demais políticas públicas. JUNQUEIRA (2009), ao dizer sobre práticas homofóbicas, diz que a pessoa preconceituosa tende a apegar-se às suas crenças para obter respostas à ameaça que a diferença lhe representa. Reconhecer nas pessoas LGBTTT's e nas mulheres uma ameaça reafirma as estruturas de preconceitos em que nossa sociedade se pauta e justifica a urgência dos debates de gênero e sexualidade nos espaços de formação.

Considerações finais

A abordagem de gênero e sexualidade nas escolas e na formação docente já se provou temática necessária na construção de uma sociedade democrática. A crescente produção acadêmica, criação de políticas públicas e investimento dos organismos internacionais comprovam esse fato.

Os materiais analisados neste trabalho apresentam aspectos comuns às discussões de gênero e sexualidade na educação. Apontamentos muito semelhantes foram levantados na criação do GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação da Anped, em 2004, como justificativas da necessidade do debate nos espaços educativos. Contudo, a repetição dos argumentos que defendem políticas que preconizam os direitos humanos e o Estado democrático apresenta a fragilidade da nossa sociedade democrática. A elaboração e efetivação de políticas públicas que permitam práticas sociais de equidade são necessárias para o fortalecimento do contexto social democrático, que vem sendo constantemente atacado.

A defesa das pautas de gênero e sexualidade por parte da UNESCO se torna relevante no fortalecimento dos direitos humanos, dado o contexto político e econômico mundial, por, entre outras razões, distanciar as discussões de gênero e sexualidade das pautas tidas como exclusivas dos governos de esquerda, uma vez que as construções dos organismos internacionais se deram no contexto neoliberal e ultrapassam as convicções políticas dos governos em poder. Percebendo que o debate se mantém em voga, mesmo com todos os enfrentamentos, questionar por que esses debates enfrentam tantos entraves, mesmo com a constante produção de defesa dos direitos humanos, me parece uma pergunta necessária.

Referências

Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas/ Rogério Diniz Junqueira (org). Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO, 2009.

BAUMAN, Z. Globalização: conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 165 p.

LOURO, Guacira. Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.